

**EDcl na EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 7.386 - DF
(2014/0128133-2)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO
EMBARGANTE : SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DO
AMAPÁ - SINDPOL/AP
ADVOGADO : MARCELO LAVOCAT GALVÃO E OUTRO - DF010958
EMBARGADO : UNIÃO
INTERES. : ADAIR ALVES DA SILVA
INTERES. : ANA INAJOSA BRAGA
INTERES. : BENEDITA BARRA DA COSTA
INTERES. : CLEONICE INGLEZ DA ROCHA
INTERES. : ERMOSINDA TAVORA DA SILVA
INTERES. : JOAO RODRIGUES DE CASTRO
INTERES. : JOSEFA GOMES DE ARAUJO MELO
INTERES. : MARIA DE NAZARE ARAUJO BRAGA
INTERES. : MARIA DE NAZARE DANTAS DOS REIS
INTERES. : MARIA SEBASTIANA AMORAS VIEIRA
INTERES. : NEIDE CARVALHO DA SILVA
INTERES. : OSMARINA NASCIMENTO MACIEL
INTERES. : RUFINA GOMES SOARES
INTERES. : SERAFINA RODRIGUES DA SILVA
INTERES. : SEVERINA FREIRE DA SILVA
INTERES. : TARCHILO TAVARES
INTERES. : ZILDO FRANCISCO LEAO

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DO AMAPÁ - SINDPOL/AP contra decisão que extinguiu o processo sem resolução do mérito e arbitrou, a título de condenação, o valor de R\$ 500,00 para cada substituído (fl. 367-369).

Sustenta que a decisão embargada ignorou o vício de acesso ao sistema eletrônico de transmissão de dados do STJ ocorridos em vários outros autos suplementares autuados a requerimento do sindicato ora embargante.

Aponta a falta de razoabilidade da decisão no que tange à condenação dos substituídos do sindicato no ônus da sucumbência, uma vez que os presentes autos não foram autuados a requerimento do exequente.

Requer o provimento dos embargos para afastar a condenação dos substituídos do Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Amapá - SINDPOL/AP no ônus da sucumbência.

A UNIÃO apresentou impugnação pela rejeição dos embargos por

ausência de contradição (fls. 373-377).

É o relatório. Decido.

É o caso de rejeição dos embargos.

As questões levantadas pela exequente em sua petição de embargos, foram expressamente analisadas pela decisão embargada, nos termos que transcrevo (fl. 364):

Ambas as partes concordam com a extinção desta execução, porém a exequente alega haver mera duplicidade de execuções, enquanto a executada aponta litispendência a ensejar condenação em ônus sucumbenciais.

Considerando o caso específico de sindicatos e associações, que possuem grande quantidade de filiados, entendo que a situação dos autos não caracteriza má-fé. Além disso, ainda que não tenha sido efetivamente comprovado erro no sistema eletrônico deste Tribunal, é razoável se admitir que o novo procedimento, à época, de protocolo eletrônico pode ter contribuído para o equívoco no envio das petições pelo Sindicato.

Por outro lado, não se pode ignorar a fase processual em que se encontra a execução.

Diante do exposto, julgo extinta a execução sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, V, do CPC.

Dada a ausência de maior dilação probatória e com vistas a evitar distorção na fixação da verba honorária, uma vez que o trabalho profissional neste caso pode ser classificado como sumário, simples ou descomplicado, arbitro, a título de condenação, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para cada substituído (REsp 1.771.147/SP).

Os embargos de declaração não permitem a rediscussão do julgado, o que é pacífico na jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça e expresso na lei, que os prevê apenas para esclarecer obscuridade ou contradição, corrigir erro material ou ainda suprir omissão - o que não há no caso.

In casu, o embargante pretende revisar a decisão embargada em virtude de seu inconformismo com a condenação no ônus da sucumbência.

Ante o exposto, **rejeito** os embargos declaratórios.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

Ministro NEFI CORDEIRO
Presidente da Seção